



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Governo do Estado do Espírito Santo / ES	CNPJ:	27.080.530/0001-43
Endereço:	Praça João Climaco, s/n	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	29015-110
Telefone:	(027) 3636-1005	Fax:	(027) 3636-1036
		E-mail:	gabinete@seg.es.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	Paulo Cesar Hartung Gomes	CPF:	698.412.417-49
Cargo:	Governador	Complemento do Cargo:	Governador do Estado do Espírito Santo
E-mail:	gabinete@seg.es.gov.br	Data Início de Gestão:	01/01/2015

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM	CNPJ:	29.986.312/0001-06
Endereço:	Avenida Vitória, nº 2365	Complemento:	
Bairro:	Consolação	CEP:	29045-450
Telefone:	(027) 3636-4200	Fax:	(027) 3636-4182
		E-mail:	gabinete@ipajm.es.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

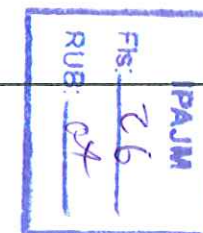
Nome:	Bruno Margotto Marianelli	CPF:	001.746.327-03	
Cargo:	Presidente	Complemento do Cargo:	Presidente Executivo	Data Início de Gestão:
Telefone:	(027) 3636-4180	Fax:	(027) 3636-4180	01/01/2015
		E-mail:	gabinete@ipajm.es.gov.br	

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	Gilberto de Souza Tulli	CPF:	017.264.017-23	
Cargo:	Diretor	Complemento do Cargo:	Diretor de Investimentos	Data Início de Gestão:
Telefone:	(027) 3636-4246	Fax:		02/06/2010
Entidade Certificadora:	ANBIMA	E-mail:	di@ipajm.es.gov.br	Validade Certificação:
				07/05/2016

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	Gilberto de Souza Tulli	CPF:	017.264.017-23
Telefone:	(027) 3636-4246	Fax:	
Data de envio:	23/12/2015	E-mail:	di@ipajm.es.gov.br
	[[Retificação]]		



7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

Gilberto de Souza Tulli

CPF: 017.264.017-23

Data da Elaboração: 11/12/2015

Data da ata de aprovação:

22/12/2015

Órgão superior competente: Conselho Administrativo do IPAJM

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico

() Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	47,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	15,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	1,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	27,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	1,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	3,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	1,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	1,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	2,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	1,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	1,00
Total		100,00



Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

A ata da reunião do Copom de novembro manteve a Taxa Selic em 14,25%, porém como dois diretores votaram pela elevação da taxa, tal fato gerou uma expectativa no mercado de que um novo ciclo de aumento esteja próximo. Também, o Banco Central enfatizou que está empenhado em lutar para que a inflação de 2016 não ultrapasse o teto da meta de 6,50%, o que corrobora essa expectativa de um novo ciclo de alta da Taxa Selic. Portanto, alguns economistas acreditam que a Selic será elevada a partir de janeiro de 2016 atingindo, em algum momento do ano 15,50%. No entanto, o enfraquecimento da atividade econômica e uma eventual melhoria no cenário político poderão desencadear um ciclo de redução com a Taxa Selic voltando para 14,25% até o final do ano.

O PIB do terceiro trimestre de 2015 apresentou uma contração de 1,7% em relação ao trimestre anterior, revelando uma deterioração da economia ainda maior do que a esperada e, somado a isso, os indicadores recentes não dão sinais de recuperação a curto e médio prazos. O PIB do 3T15 só não foi mais negativo devido à importante contribuição positiva do setor externo, em resposta tanto ao movimento de desvalorização da taxa de câmbio, como de desaceleração da atividade econômica e consequente redução das importações. Por esse motivo, alguns economistas reduziram suas projeções para o PIB de 2015 e 2016 para -3,7% e -2,7%, respectivamente. Em 2015, houve piora no desempenho tanto no setor de serviços como na indústria e, pela ótica da demanda, piora no desempenho do investimento e do consumo das famílias.

Os dados já disponíveis sobre o desempenho da atividade econômica nesse último trimestre do ano demonstram que certamente haverá nova contração do PIB no último trimestre de 2015. Apesar da contribuição positiva do setor externo, isso não será suficiente para contrabalançar a piora generalizada do consumo e do investimento. A deterioração do mercado de trabalho, com corte no número de empregos e redução dos salários, a inflação alta, a moderação do crédito e os juros elevados têm causado uma desaceleração no ritmo do consumo nunca vista na história e esse cenário não deve mudar no curto prazo.

No cenário externo temos a previsão de aumento dos juros nos Estados Unidos, que pode impactar na nossa curva de juros mais longa, e a desaceleração da economia chinesa, que mantém em baixa o preço das commodities, piorando o superávit comercial.

Com relação aos investimentos, a dinâmica tem sido muito negativa e foi agravada com o escândalo da "Lava Jato". Além disso, atualmente pesa sobre a decisão dos empresários o ambiente de elevada insegurança e baixa confiança, tanto em relação ao futuro político como econômico. O risco de rebaixamento da nota de crédito por uma segunda agência classificadora pode piorar esse cenário ainda no primeiro trimestre de 2016.

Nessas condições, com PIB negativo, inflação elevada, juros altos, baixa confiança do mercado e incerteza política, a expectativa de resultado dos investimentos para 2016 é desafiadora. Os fundos DI devem apresentar bons resultados, mas deverá ser dada mais atenção ao risco de crédito. Os investimentos em títulos públicos federais continuam apresentado baixo risco de crédito, mas a volatilidade poderá comprometer fortemente os rendimentos no curto prazo.

Não se acredita que será um bom ano para o mercado acionário, embora possam ocorrer momentos de boas oportunidades, devendo a equipe de investimentos intensificar o acompanhamento dos produtos de renda variável, monitorando a relação de risco e retorno envolvidos, buscando aproveitar as eventuais chances de ganho nesse segmento.

O cenário macroeconômico acompanhado pelo IPAJM é o projetado pela média do mercado, divulgado pelo relatório Focus do Banco Central do Brasil. Este contempla a média das projeções econômicas das instituições financeiras pesquisadas pelo Banco Central do Brasil.

O relatório Focus do Banco Central, emitido em 04/12/2015, apresentou as seguintes expectativas:

Crescimento Econômico (PIB): -2,31%; Meta Taxa Selic final 2015: 13,09% a.a.; Taxa de Câmbio: R\$/US\$ 4,25; IPCA: 6,41% a.a.; IGP-DI: 6,17% a.a.; IGP-M: 6,53% a.a.

Objetivos da gestão

A gestão deve se focar na preservação do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do ES-PREVIDÊNCIA, objetivando a alocação de recursos para o atingimento da meta atuarial estabelecida (IPCA + 6% aa), obedecendo os limites de riscos por emissão e por segmento, estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 3.922/2010, e alterações posteriores. Deve ainda assegurar que os gestores, servidores do IPAJM, segurados do ES-PREVIDÊNCIA, prestadores de serviços e órgãos reguladores tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas ao investimento dos recursos financeiros, de modo a garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios bem definidos. Serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, e a liquidez adequada dos ativos de acordo com o perfil das obrigações do instituto.



ex

Estratégia de formação de preços - Investimentos e desinvestimentos

- A Diretoria de Investimentos será responsável pela gestão das aplicações e resgates e deverá garantir a fiel execução desta política de investimentos;
- O Comitê de Investimentos deverá subsidiar a gestão da Diretoria de Investimentos no cumprimento desta política;
- O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente na última quinta-feira de cada mês e extraordinariamente sempre que houver demanda, ficando as respectivas atas disponibilizadas no site do IPAJM;
- Qualquer alteração nesta política que se julgue necessária deverá ser submetida à aprovação do Conselho Administrativo do IPAJM;
- A estratégia de investimentos terá como ponto central o respeito às condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos ativos financeiros a serem escolhidos;
- As aplicações dos recursos deverão ocorrer apenas em produtos financeiros devidamente enquadrados na Resolução CMN nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional, e alterações;
- Serão permitidas aplicações somente com Instituições Financeiras credenciadas, de acordo com o estabelecido na Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, e também, na Resolução nº 001/2010 do Conselho Administrativo do IPAJM, e alterações;
- As aplicações ou resgates dos recursos do ES-PREVIDÊNCIA deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR), que será disponibilizado em até 30 dias, a partir da realização das operações, devendo o acesso para consulta ser solicitado à Diretoria de Investimentos;
- Em até trinta dias após o encerramento de cada mês será disponibilizado, no site do IPAJM, o relatório contendo a composição das carteiras de investimentos dos recursos do ES-PREVIDÊNCIA;
- Para os recursos do Fundo Previdenciário, cujo horizonte de investimento é de longo prazo, fica estabelecido que não serão realizados resgates em quaisquer produtos investidos que estiverem apresentando rentabilidade negativa, a fim de evitar a realização de prejuízo, exceto em situações justificadas e fundamentadas pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria de Investimentos, e autorizadas pelo Presidente Executivo do IPAJM;
- Em caso de desenquadramento passivo, medidas urgentes deverão ser tomadas para se promover o reenquadramento, conforme determinado na Resolução CMN nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, e alterações;
- O prazo de vencimento dos títulos e a carência para resgates em fundos de investimento deverão obedecer ao planejamento do fluxo de caixa do IPAJM, conciliando as obrigações com os vencimentos das aplicações;
- As aplicações em Renda Variável, respeitados os limites legais estabelecidos, deverão ser realizadas com recursos disponíveis para investimentos de longo prazo e buscarão possibilitar retornos mais expressivos, a fim de ampliar os rendimentos para atingimento da meta atuarial;
- Os recursos necessários para cumprir as obrigações mensais de pagamento de benefícios previdenciários, entre outros, em especial os recursos do Fundo Financeiro, serão investidos em produtos de maior liquidez e menor volatilidade, como exemplo, os fundos indexados ao DI;
- Na administração da carteira de títulos públicos federais deverão ser cumpridas as seguintes condições: (a) As aquisições deverão ocorrer apenas com taxas superiores à meta atuarial estabelecida; (b) Como regra, os títulos adquiridos deverão ser mantidos em carteira até o vencimento; (c) Excepcionalmente, será admitida a troca ou venda de títulos, desde que demonstrada a vantagem da operação, ou seja, desde que a expectativa de ganho seja superior à taxa inicialmente contratada;
- A precificação dos títulos públicos será registrada contabilmente de acordo com as regras definidas pelo Ministério da Previdência Social, – MPS, com marcação a mercado, conforme extratos emitidos pelo Custodiante Qualificado contratado.

Crítérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

A gestão das aplicações dos recursos financeiros do ES-PREVIDÊNCIA será PRÓPRIA, ou seja, todas as decisões sobre as aplicações e resgates dos recursos investidos serão tomadas diretamente pelo IPAJM;

Serão permitidas aplicações somente com Instituições Financeiras credenciadas, de acordo com o estabelecido na Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, e também, na Resolução nº. 001/2010 do Conselho Administrativo do IPAJM, e alterações;

Foi realizada através de processo de Licitação, a contratação de Custodiante Qualificado, onde a Instituição vencedora do processo foi a BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, que desde o mês de Junho/2015 presta serviços como Custodiante Qualificado, executando as operações e a liquidação física e financeira dos Títulos Públicos Federais junto ao Sistema SELIC do Banco Central do Brasil, referente à Carteira de Títulos administrada pela Equipe de Investimentos do IPAJM. A BRB-DTVM é uma coligada do BRB - Banco de Brasília S.A., responsável pela administração dos diversos fundos de renda fixa e variável captados pelo BRB. Foi autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399, de 04/06/1990. Além de atuar como uma administradora de recursos de terceiros, também realiza a intermediação de títulos e papéis públicos e privados e a captação de recursos juntos a seus clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Administradoras de Fundos de Investimento.

Foi adquirido, também através de processo licitatório, uma licença para uso do software Smart Advisor, da empresa BRAIN SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, que iniciou a prestação do serviço a partir do dia 20/08/2015, conforme publicação do contrato no DIO/ES no dia 19/08/2015.

O software garante total transparência na gestão dos investimentos, pois registra todas as movimentações de aplicações e resgates, mantendo histórico completo das operações realizadas, permitindo emissão de relatórios de controle e de desempenho dos últimos 5 anos. Assim, o software subsidia as decisões sobre novos investimentos e realocações das aplicações financeiras, permitindo acompanhamento constante das carteiras com emissão de relatórios de rentabilidade, automatizando o registro das movimentações de aplicações e resgates com a emissão das APR- Autorização de Aplicação e Resgate, conforme estabelecido no Art. 3º, b, da Portaria MPS nº 519/2011.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

O Instituto deverá realizar o monitoramento diário do enquadramento perante sua Política de Investimentos e perante a Resolução CMN nº 3.922/2010, e alterações. Serão realizadas ainda as avaliações de desempenho, por meio de relatórios de investimentos mensais, com comparativos de rendimentos em relação à meta atuarial perseguida.

Observações

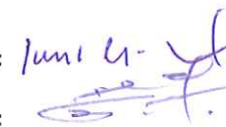
O IPAJM não realizará aplicação no segmento de imóveis.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente: 698.412.417-49 - Paulo Cesar Hartung Gomes

Data: 22/01/2016

Assinatura:



Representante Legal da Unidade Gestora: 001.746.327-03 - Bruno Margotto Marianelli

Data: 28/12/2015

Assinatura:



Gestor de Recurso RPPS: 017.264.017-23 - Gilberto de Souza Tulli

Data: 28/12/2015

Assinatura:



Responsável: 017.264.017-23 - Gilberto de Souza Tulli

Data: 28/12/2015

Assinatura:

